



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº 2062	
14 / 12 / 2005	
RUBRICA	FOLHAS
45	25

MENSAGEM/535

Rio Grande, 13 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Honra-nos cumprimentá-lo, muito respeitosamente, oportunidade em que vimos, a essa Egrégia Casa Legislativa, encaminhar o Projeto de Lei nº 109, que **"INCLUI AÇÃO NO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI Nº 5.533, DE 19/07/2001, QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA OS EXERCÍCIOS 2002/2005, E DA LEI Nº 5.999, DE 05/10/2004, QUE TRATA DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005, E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NUM TOTAL DE R\$ 4.944,96"**.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade a abertura de crédito para execução do PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO MEC/FNDE, o qual visa promover a inclusão social dos pescadores e pescadoras profissionais com uma proposta pedagógica do PROGRAMA PESCANDO LETRAS, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da República, e este tem como objetivo ampliar o direito de acesso à alfabetização promovida pelo Ministério da Educação – MEC, por meio do Programa Brasil Alfabetizado, através da criação do PROJETO RESGATANDO A CIDADANIA.

Sem mais para o momento, enviamos, a V. Exa. e Nobres Pares, protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

JANIR BRANCO
Prefeito Municipal

EXMº. SR.
VER. WILSON BATISTA DUARTE SILVA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
NESTA



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 109, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005

INCLUI AÇÃO NO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI Nº 5.533, DE 19/07/2001, QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA OS EXERCÍCIOS 2002/2005, E DA LEI Nº 5.999, DE 05/10/2004, QUE TRATA DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005, E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NUM TOTAL DE R\$ 4.944,96.

Art. 1º – Fica acrescida Ação ao Anexo de metas e Prioridades da Lei nº 5.533, de 19/07/2001, a qual trata do Plano Plurianual do Município para os exercícios 2002/2005, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Programa: 122 – PROMEJA

Ação 1: Programa Brasil Alfabetizado MEC/FNDE

Produto: Programa atendido

Unidade: Percentual

Meta: 100%

Recurso: 1302

Art. 2º – Fica acrescida Ação ao Anexo de metas e Prioridades da Lei nº 5.999, de 05/10/2004, a qual trata das Diretrizes Orçamentárias para 2005, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Programa: 122 – PROMEJA

Ação 1: Programa Brasil Alfabetizado MEC/FNDE

Produto: Programa atendido

Unidade: Percentual

Meta: 100%

Recurso: 1302

Art. 3º – Fica, o Executivo Municipal, autorizado a abrir Créditos Adicionais Especiais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, num total de R\$ 4.944,96 (quatro mil, novecentos quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), de acordo com o que segue:



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

Handwritten signature/initials

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 – Complexo Educacional

12 – Educação

366 – Educação de Jovens e Adultos

122 – PROMEJA

Proj. 1.884 – PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO FNDE/MEC

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo(vinculado).....	R\$	240,00
3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo(contrapartida).....	R\$	48,96
3.3.90.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física (vinculado).....	R\$	3.880,00
3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros–P. Jurídica(vinculado).....	R\$	8.740,00
3.3.90.47.00.00.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas(vinculado).....	R\$	776,00
TOTAL.....	R\$	4.944,96

Art. 4º - Servirá como recurso ao Crédito especial autorizado no art. 3º, repasse do Governo Federal, por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativo ao PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO MEC/FNDE, no valor de R\$ 4.896,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais), bem como contrapartida do Município, no valor de R\$ 48,96 (quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), de acordo com o que dispõe o art. 43, da Lei nº 4.320/64, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 – Complexo Educacional

12 – Educação

Ativ 2.382 – Manutenção e Desenvolvimento PROMEJA-MDE

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (510).....	R\$	48,96
---	-----	-------

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2005.

Handwritten signature of Janir Branco
JANIR BRANCO
Prefeito Municipal

cc:SMF/UPE/SMEC/CMRG/CSCI/Publicação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Hs. 05
PL

Rio Grande, 29 de novembro de 2005.

Mem. Nº 1272/2005

Senhor Secretário

Ao cumprimentá-lo solicitamos que seja incluído no Plano de Metas/2005 desta secretaria recurso correspondente ao Programa Brasil Alfabetizado MEC/FNDE no valor de R\$ 4.944,96 (quatro mil novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos). A despesa correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

- 3.3.9.0.36.00.00.00- Outros serviços Terceiros Pessoa Física, R\$3.880,00- FNDE- Bralf
- 3.3.9.0.47.00.00.00- Obrigações Tributáveis e Contrib., R\$776,00- FNDE- Bralf
- 3.3.9.30.00.00.00 - Mat. De Consumo, R\$ 240,00- FNDE- Bralf
- 3.3.9.30.00.00.00- Mat.de Consumo , R\$ 48,96- Contrapartida- MDE

Outrossim, informamos que a cobertura orçamentária da contrapartida desta prefeitura ocorrerá pelo Cód.Red.510- Manutenção e Desenvolvimento do Promeja.

Nada mais havendo a aditar, firmamo- nos.

Atenciosamente,

Ducnelli

Cecilia Schmutz Ducnelli
SUPERVISORA ADMINISTRATIVA
SMEC/RIO GRANDE

Ilmo.Sr.
Neverton Moraes
M.D.Secretário Municipal da SMCP

DECLARAÇÃO DE ADIMPLENCIA

ANEXO 1

SECAD - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE - Utilize um formulário para cada projeto

1 - CNPJ 88.566.872/0001-62	2 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE Prefeitura Municipal do Rio Grande	4 - UF RS
3 - MUNICÍPIO Rio Grande		

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CONDICIONANTES LEGAIS

Na qualidade de representante legal do proponente, **DECLARO**, para fins de prova junto ao FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, para os efeitos e sob as penas da lei, que o conveniente:

a) acha-se em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União, inclusive no que concerne às contribuições relativas ao PIS/PASEP, de que trata o Art. 239 da Constituição Federal;

b) acha-se em dia quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da União;

c) fez previsão orçamentária da contrapartida, no valor previsto no presente instrumento de transferências voluntárias, conforme art. 44 e 45 da Lei 10.934/2004.

5 - AUTENTICAÇÃO DA DECLARAÇÃO

ASSINADO PELO: ☐ Dirigente ☒ Representante Legal

Rio Grande/RS, 31 de agosto de 2005

LOCALIDADE, UF E DATA

Juarez Torronteguy

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

REGISTRO DE PLANO DE TRABALHO

ANEXO 2

DESCRIÇÃO DO PROJETO

SECAD - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE - Utilize um formulário para cada projeto

1 - EXERCÍCIO 2005	2 - NÍVEL DE ENSINO Educação Básica	3 - ABRANGÊNCIA DO PROJETO BRASIL ALFABETIZADO
4 - CNPJ 88.566.782/0001-62	5 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE Prefeitura Municipal do Rio Grande	
6 - MUNICÍPIO Rio Grande	7 - UF RS	8 - EMENDA Nº
9 - AÇÃO A SER EXECUTADA		
☐ Construção de Escola ☐ Ampliação de Escola ☐ Reforma de Escola ☐ Equipamentos para Escola	☐ Capacitação de Professores ☐ Capacitação de Profissionais ☐ Capacitação de Técnicos ☐ Material Didático ☐ Atividades Específicas para o Público-Alvo	☐ Formação de Professores ☐ Formação de Alunos ☐ Formação Continuada de Professores ☒ Formação de Alfabetizadores ☐ Alfabetização de Jovens/Adultos

10 - JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Ao se propor um Programa de Alfabetização para pescadores é preciso considerar tanto as enormes dificuldades que enfrentam, quanto a riqueza de sua cultura, em seu estreito vínculo com o ambiente.

E se as dificuldades podemos destacar as condições de vida, o nível de organização do setor, o longo histórico de falta de apoio e incentivos, o elevado índice de analfabetismo, uma infra-estrutura de armazenamento e conservação insuficiente, a ocupação da zona costeira pelo processo de especulação imobiliária, a fragilidade do sistema de fiscalização, a redução dos estoques pesqueiros devido à sobrepesca, a ausência de crédito para aquisição de petrechos, a poluição e a degradação ambiental.

O modo de vida desses trabalhadores e o tempo que passam em terra firme são elementos em peso na concepção de uma aprendizagem da leitura e da escrita realmente que realmente seja significativa para eles. Além disso, sua relação com o meio ambiente, no que diz respeito a diversidade, a utilização e a preservação também precisa ser levada em conta nesse momento. Vale acrescentar que, em particular, os pescadores profissionais como os artesanais apresentam fragilidade de na sua organização enquanto categoria trabalhadora.

Os pescadores profissionais e artesanais residentes na Ilha da Torotama, distrito do município do Rio Grande - RS possuem consciência crítica sobre a preservação do meio ambiente, não só por depender diretamente dele para sua sobrevivência, mas, também por um certo pertencimento ao ecossistema de onde deriva sua pesca.

Existem outras razões para se pensar numa proposta pedagógica diferenciada. Uma delas refere-se ao direito que esses sujeitos possuem de acesso a um saber que hoje é imprescindível nas práticas sociais, reconhecendo assim, a especificidade desses trabalhadores.

O domínio do conhecimento de algumas tecnologias mais eficientes nas suas atividades laborais, no trato com o meio ambiente, na preservação das águas e das espécies que lhe trazem os sustento, constitui-se a maior razão para implantarmos em nosso município um processo de alfabetização que seja singular.

Além disso, é indispensável que esses sujeitos conheçam melhor seus direitos e possam dialogar, adequadamente com as instituições às quais se encontram vinculadas.

A proposta do Projeto "Resgatando a Cidadania" está alicerçada na experiência sócio-cultural desses sujeitos, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados ao longo de suas histórias.

A realidade sócio econômica e o desejo que impulsionaram a volta a uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita a penas à alfabetização como também a iniciação profissional em outras áreas trabalhistas.

Nessa visão, a alfabetização é o início de um processo mais amplo do aprendizado da leitura e da escrita, de continuidade da escolarização, de formação permanente ligada ao trabalho.

É, assim, a primeira caminhada de uma trajetória a ser percorrida por toda vida.

11 - AUTENTICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

ASSINADO PELO

☐ Dirigente

☒ Representante Legal

Rio Grande/RS, 31 de agosto de 2005.

LOCALIDADE, UF E DATA

Juarez Torronteguy

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Formulário confeccionado obedecendo aos preceitos da IN/STN/MF nº 01, de 15.1.1997 e as suas alterações.

EC/ENDE PLANO DE TRABALHO ANEXO 3

DETALHAMENTO DA AÇÃO

Utilize um formulário para cada ação

NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Prefeitura Municipal do Rio Grande

MUNICÍPIO

Rio Grande

3 - UF

RS

AÇÃO A SER EXECUTADA

Formação de Alfabetizadores

BENEFICIÁRIOS DA AÇÃO

BENEFICIÁRIO	5.2 - ZONA RURAL	5.3 - ZONA URBANA	5.4 - TOTAL
1.1 - Professor Capacitado			-
1.2 - Escola			-
1.3 - Alfabetizador Formado	2		2
1.4 - Profissional de Apoio Capacitado			-
1.5 - Sala de Aula			-
1.6 - Aluno			-
1.7 - Aluno Jovem e Adulto Alfabetizando			-
1.8 - Técnico Capacitado			-

DETALHAMENTO DA AÇÃO

será oferecido um curso de formação de alfabetizadores com duração de 30 horas, distribuídos em 03 dias. O curso abordaremos os seguintes temas: História da EJA com ênfase em alfabetização; Identidade dos sujeitos no processo: alunos e educadores, suas histórias e suas concepções de ensino-aprendizagem; Leitura e Escrita: diferentes concepções da aquisição do código escrito; Setor Pesqueiro no RS: história, memória e lutas; Afetividade e auto-estima; Metodologia de formação de leitores e práticas sociais de leitura; Construção da língua oral e escrita na alfabetização de Jovens e Adultos; Função Social da leitura e da escrita da matemática e outros campos do conhecimento; Registro e Avaliação da aprendizagem; Proposta Pedagógica: resgatando a cidadania; Sugestões de atividades: Por onde começar. Nos primeiros encontros é necessário que o alfabetizador conheça o grupo que irá alfabetizar. Dessa maneira, é importante fazer um diagnóstico inicial nos primeiros encontros, considerando a importância do conhecimento e da experiência dos alfabetizandos, reconhecendo o valor cultural de suas linguagens e a especificidade do aluno jovem e adulto nos procedimentos utilizados na alfabetização.

Para o processo de alfabetização inicial têm-se como expectativas principais possibilitar ao alfabetizando ler, compreender e produzir textos simples, de diferentes tipos e finalidades; utilizar textos com diferentes funções da linguagem (referencial, apelativa, emotiva, poética, metalingüística); ler e escrever números, preços, datas, horários, medidas; utilizar as operações matemáticas em seu cotidiano - pagamento, cálculo de troco, salário, parcelamento; participar de debates sobre diferentes assuntos de interesse da comunidade e de seu interesse próprio; ter acesso a outros campos do conhecimento.

É imprescindível reconhecer as necessidades e singularidades dos diferentes sujeitos, para manter a coerência e adequação a metodologia à realidade dos alfabetizandos.

A metodologia adotada para a ação de alfabetização de jovens e adultos deve estar em consonância com o perfil do público alvo, considerando, inclusive, o seguimento sociais específicos. Além de valorizar informações úteis e pertinentes para os dias atuais, o processo de alfabetização deverá ser trabalhado de forma contextualizada, articulando as diferentes áreas do conhecimento, afim de que os alfabetizandos fortaleçam sua condição de sujeitos atuantes no ambiente social, econômico e cultural.

7 - AUTENTICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

ASSINADO PELO

☐ Dirigente

☒ Representante Legal

Rio Grande/RS, 31 de agosto de 2005

LOCALIDADE, UF E DATA

Juarez Torronteguy

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Formulário confeccionado obedecendo aos preceitos da IN/STN/MF nº 01, de 15.1.1997 e as suas alterações.

ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO

Utilize um formulário para cada ação

2005

2. NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Prefeitura Municipal do Rio Grande

3 - MUNICIPIO

Rio Grande

 $A = UF$

RS

ACÇÃO A SER EXECUTADA

Formação de Alfabetizadores

R\$ 1.312,00
R\$ 13,12
R\$ 1.298,88

8 - AUTENTICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

ASSINADO PELO: ☐ Dirigente

☒ Représentant

Rio Grande/RS, 31 de agosto de 2005

LOCALIDADE, UFE E DATA

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Fornutário confeccionado obedecendo aos preceitos da INSTNMF nº 01, de 15.1.1997 e as suas alterações.

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

MEC/ANDE

PLANO DE TRABALHO

ANEXO 5

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DESEMBOLSO
UTILIZE UM FORMULÁRIO POR PROJETO

1. EXERCÍCIO

2005

2. NÍVEL DE ENSINO

EDUCAÇÃO BÁSICA

3. ABRANGÊNCIA DO PROJETO

BRASIL ALFABETIZADO

4. CNPJ

88.566.872/0001-62

5. NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Prefeitura Municipal do Rio Grande

7. UF

RS

6. MUNICÍPIO

Rio Grande

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

8.1. INÍCIO, MÊS/ANO

setembro-05

8.2. TÉRMINO, MÊS/ANO

abril-06

8.3. QUANT. DE DIAS

240 dias

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - VALORES CONCEDENTE

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

ABRIL

MAIO

JUNHO

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO

R\$

779,33

R\$

519,55

9.1. VALOR TOTAL A SER DESEMBOLSADO PELO CONCEDENTE

R\$

1.298,88

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - VALORES PROPONENTE

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

ABRIL

MAIO

JUNHO

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO

R\$

7,87

R\$

5,25

10.1. VALOR TOTAL A SER DESEMBOLSADO PELO PROPONENTE (valor mínimo de 1%)

R\$

13,12

11. VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$

1.312,00

12. AUTENTICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

ASSINADO PELO

☐ Dirigente☒ Representante legal

Rio Grande/RS, 31 de agosto de 2005.

LOCALIDADE, UF E DATA

Juarez Torronteguy

NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Formulário confeccionado obedecendo aos preceitos da IN/STN/MF nº 01, de 15.1.1997 e as suas alterações.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Secretaria Municipal da Pesca

Handwritten signature

Programa Bras Alfabetizado - MEC/FNDE



Programa Pescando Letras - SECAD

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

General Osório, 536 – CEP 96.200-400 – Fone/Fax: (53) 3035-8474 – Fones: 3035-8470/ 3035-8464
CNPJ 88.566.872/0001-62 – Rio Grande - RS

Apresentação

Hs. 12
RL

A educação de jovens e adultos ganhou importância estratégica no atual governo municipal, uma vez que a educação é um direito de todos em qualquer momento da vida.

Nesse sentido, visando promover a inclusão social dos pescadores e pescadoras profissionais a Secretaria Municipal da Pesca juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura ambas do município do Rio Grande, abraçam uma proposta pedagógica do **Programa Pescando Letras** da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da República, em compromisso que se integra ao esforço nacional de ampliações do direito de acesso à alfabetização promovida pelo Ministério da Educação – MEC por meio do Programa Brasil Alfabetizado através da criação do **“Projeto Resguardo a Cidadania”**.

Historicamente, grande parte dos trabalhadores do setor pesqueiro está excluída da proteção social do Estado, situação agravada pelo alto índice de analfabetismo e ausência de qualificação. Seus direitos como trabalhadores não são reconhecidos nas instâncias de participação e representação do setor.

Por fim, vale lembrar que os pescadores são cantados em versos e prosas pelos romancistas e destacam-se como figuras heróicas e emblemáticas em histórias nas mais diferentes culturas.

É fundamental, então, que possam com seus próprios punhos escrever as suas histórias, os saberes adquiridos em seu ofício, exercendo assim a sua autoria e agregando uma contribuição específica ao conjunto da sociedade.

Justificativa

Ao se propor um Programa de Alfabetização para pescadores é preciso considerar tanto as enormes dificuldades que enfrentam, quanto a riqueza de sua cultura, em seu estreito vínculo com o ambiente.

Entre as dificuldades podemos destacar as condições de vida, o nível de organização do setor, o longo histórico de falta de apoio e incentivos, o elevado índice de analfabetismo, uma infra-estrutura de armazenamento e conservação insuficiente, a ocupação da zona costeira pelo processo de especulação imobiliária, a fragilidade do sistema de fiscalização, a redução dos estoques pesqueiros devido à sobrepesca, a ausência de crédito para aquisição de petrechos, a poluição e a degradação ambiental.

O modo de vida desses trabalhadores e o tempo que passam em terra firme são elementos em peso na concepção de uma aprendizagem da leitura e da escrita realmente que realmente seja significativa para eles. Além disso, sua relação com o meio ambiente, no que diz respeito a diversidade, a utilização e a preservação também precisa ser levada em conta nesse momento. Vale acrescentar que, em particular, os pescadores profissionais como os artesanais apresentam fragilidade de na sua organização enquanto categoria trabalhadora.

Os pescadores profissionais e artesanais residentes na Ilha da Torotama, distrito do município do Rio Grande - RS possuem consciência crítica sobre a preservação do meio ambiente, não só por depender diretamente dele para sua sobrevivência, mas, também por um certo pertencimento ao ecossistema de onde deriva sua pesca.

Existem outras razões para se pensar numa proposta pedagógica diferenciada. Uma delas refere-se ao direito que esses sujeitos possuem de acesso a um saber que hoje é imprescindível nas práticas sociais, reconhecendo assim, a especificidade desses trabalhadores.

O domínio do conhecimento de algumas tecnologias mais eficientes nas suas atividades laborais, no trato com o meio ambiente, na preservação das águas e das espécies que lhe trazem os sustento, constitui-se a maior razão para implantarmos em nosso município um processo de alfabetização que seja singular.

Ao mesmo tempo, é indispensável que esses sujeitos conheçam melhor seus direitos e possam dialogar, adequadamente com as instituições às quais se encontram vinculadas.

A proposta do Projeto "**Resgatando a Cidadania**" está alicerçada na experiência sócio-cultural desses sujeitos, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados ao longo de suas histórias.

A realidade sócioeconômica e o desejo que impulsionaram a volta a uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita a penas à alfabetização como também a iniciação profissional em outras áreas trabalhistas.

Nessa visão, a alfabetização é o início de um processo mais amplo do aprendizado da leitura e da escrita, de continuidade da escolarização, de formação permanente ligada ao trabalho.

É, assim, a primeira caminhada de uma trajetória a ser percorrida por toda vida.

Objetivos

H. 14
PP

GERAL:

Atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras, jovens e adultos, tomando em consideração o contexto sócio-político dessa população e desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaço democrático.

ESPECÍFICOS:

- ✓ Ampliar, com a leitura da palavra, a leitura de um mundo dos pescadores profissionais e artesanais;
- ✓ Viabilizar uma participação mais ativa da categoria dos pescadores profissionais e artesanais, decisões relacionadas ao seu trabalho e à sua vida;
- ✓ Consolidar o exercício de sua cidadania pelo aprofundamento de seu compromisso com o equilíbrio ecológico dos mares e dos rios;
- ✓ Criar as condições pedagógicas necessárias para a apropriação e zelo do seu patrimônio cultural;
- ✓ Reforçar os laços de pertencimento e sociabilidade comunitária explorando seus recursos de expressão e comunicação: as festas, as danças, a oralidade e a poesia, os cantos e os rituais das dádivas e retribuições;
- ✓ Contribuir para o fortalecimento de sua identidade profissional e para o desenvolvimento de sua competência, favorecendo uma participação mais efetiva nas organizações representativas do setor.
- ✓ Trazer à tona, valorizar e socializar seus saberes, ampliando as possibilidades de construção democrática do país com sua história, suas vozes, seus registros.

Metas e Parcerias

Ass. 15
RP

PARCERIAS:

Além da cooperação mútua com o MEC, no âmbito **Programa Brasil Alfabetizado**, especialmente com o **Programa Pescando Letras da SEAP/PR**, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, juntamente com a Secretaria Municipal da Pesca do município do Rio Grande busca parcerias de base nacional, estadual e municipal, bem como ONG's que contribuam com a obtenção de meios técnicos, matérias e operacionais tais como: pessoal, equipamentos necessários para o alcance dos objetivos do Projeto "**Resgatando a Cidadania**".

METAS:

As metas do Projeto Resgatando a Cidadania são:

- ✓ Reduzir em 50% o índice de analfabetismo entre os pescadores profissionais da Ilha da Torotama até 2007;
- ✓ Favorecer a implantação da alfabetização com época de funcionamento e duração das aulas intensificadas, no caso dos pescadores, nos períodos de defesa na ilha da Torotama;
- ✓ Acompanhar o desenvolvimento do projeto procurando com isso garantir sua efetiva realização em consonância com a orientação da proposta pedagógica do programa Pescando Letras da SEAP/PR;

Concepção Teórica-metodológica

H/9.16
RP

Há algum tempo acreditava-se que a melhor forma de aprender a ler e a escrever fosse aquela que privilegiasse a memorização e a junção das letras em sílabas e, posteriormente em palavras e frases, ou mesmo o contrário. Eram os chamados métodos analíticos e sintéticos. Independentemente de onde se partia, a frase ou a letra, a idéia era alfabetizar dentro de uma dinâmica de codificação e decodificação que tinha por elemento principal a letra e o seu som. Essa concepção tinha por horizonte um momento histórico onde teorias do conhecimento, de natureza comportamentalista, estavam sendo experimentadas. Era o tempo onde a psicologia era dona absoluta da prática de alfabetização.

Fórmulas estereotipadas, como *IVO VTU A UVA*, eram concebidas com o objetivo de auxiliar no processo de aprendizagem. Criava-se um tipo de escrita sem significado, como se ela fosse um objeto alheio à própria compreensão do aluno. Os alunos eram levados a reproduzir frases, sem compreender nem recriar seus sentidos. No fundo, não estava em jogo nesse processo a compreensão dos usos e funções da escrita na sociedade.

Na década de 1960, o professor Paulo Freire anunciou que a educação poderia libertar o homem ao invés de dominá-lo. Inúmeras e relevantes foram as contribuições, mas a grande novidade era pensar a educação de adultos para além do campo da psicologia.

Isso significou ampliar os horizontes da reflexão e pensar a educação como um instrumento de superação de uma realidade perversa de injustiça social. Além disso, considerar os processos culturais em que estes sujeitos estavam envolvidos, eram as grandes marcas das ações realizadas nesse período. Paulo Freire também anunciou que a leitura de mundo precede a leitura da palavra.

Aliadas a esse contexto, as contribuições das pesquisas do biólogo Jean Piaget, realizadas na Suíça com crianças, nos levaram a admitir que, ao contrário da repetição e da transmissão, a "experiência" tinha um papel preponderante na questão da aprendizagem. Desta forma, o construtivismo, teoria da aprendizagem criada por Jean Piaget, inaugura um fazer pedagógico que se diferencia do modelo comportamentalista de aprendizagem. O professor passa então de um transmissor de conhecimentos para um estimulador de experiências.

Em finais da década de 1970, a pesquisadora Emília Ferreiro, ex-aluna de Jean Piaget divulga em suas pesquisas que a escrita não é um objeto escolar, ao contrário, a escrita só é importante na escola por que é importante fora dela. Diz ainda que a língua escrita para ser realmente apropriada precisa ser compreendida como algo que evolui e que se pode atuar sobre ela. As normas ortográficas são apenas uma convenção útil para que a comunicação à distância seja possível entre falantes que não compartilham do mesmo dialeto.

Emília Ferreiro trouxe uma importante contribuição para o campo da alfabetização. A idéia de que cada sujeito, em processo de alfabetização, formula hipóteses regulares sobre o seu funcionamento que vão evoluindo na medida em que eles desconfiam de sua insuficiência, fez com que a prática da alfabetização fosse repensada. Para mostrar que não é necessário trabalhar com a idéia de som e grafia, Emília Ferreiro afirma que "*não são as letras que se pronunciam de certa maneira; são as palavras que se grafam de certo modo*".

Na década de 1920, na Rússia, Lev Vygotsky realiza vários estudos sobre a questão do aprender. Esses estudos chegaram ao ocidente nos anos 60 e ao Brasil nos

anos 80. Com ênfase nas interações sociais que acontecem nas atividades culturais, o trabalho de Vygotsky trouxe muita reflexão ao campo do ensinar e do aprender a língua escrita. A escrita para Vygotsky é a aquisição de um sistema simbólico de representação da realidade. Para ele a escrita possui uma função culturalmente mediada, ou seja, a escrita é produzida em decorrência da interação nos meios social e cultural.

Muitos foram os teóricos, que ao longo dos tempos, desenvolveram pesquisas sobre o ensinar e o aprender. Ignorá-los seria, no mínimo, perder o contato com a dinâmica histórica da produção de conhecimento.

As metodologias formuladas para crianças são insuficientes para instrumentalizar um trabalho de alfabetização de jovens e adultos. No caso dos adultos, a "agenda do tempo" já possibilitou múltiplas e diversificadas experiências. Sua infância já passou e não pode mais ser classificada dentro das etapas previstas biologicamente. Os contextos culturais onde vivem os adultos inviabilizam pensar tão somente num único tipo de concepção teórica, principalmente quando pensamos numa sociedade complexa como a brasileira.

Realizar um trabalho significativo no campo da alfabetização de jovens e adultos requer do educador a busca de subsídios que realmente auxiliem na realização do processo. Esses subsídios não só estão nas concepções teóricas que foram sendo produzidas ao longo da História mas, principalmente, nas inúmeras experiências acumuladas nessa área, e outras tantas que se encontram em andamento nos tempos atuais.

Fig. 17
R

Espaço, sujeitos e processos interativos

Num processo de alfabetização existem alguns fatores que precisam ser levados em conta. São eles: o espaço e os processos de interação entre os sujeitos. A sala de aula, independente de onde se localiza, é um espaço de fortalecimento do grupo que irá fazer parte dela. Ao contrário das relações verticalizadas que tradicionalmente se fazem presentes no ambiente escolar, na alfabetização de jovens e adultos, as relações precisam ser de outra qualidade. Os alunos, por serem portadores de experiências e saberes diversos e, os professores, por serem detentores dos saberes que motivaram os alunos a estarem no curso de alfabetização, precisam compreender que, embora sejam atores diferenciados, fazem parte de uma única dinâmica que torna a todos aprendentes de outra qualidade de saber que está em construção. Trata-se, portanto, de um processo educativo que interessa a todos os envolvidos.

Quando buscam a escola, depois de adultos, os alunos trazem consigo crenças e concepções a respeito da forma como imaginam que ela funciona. Por diversas razões, esses alunos já interiorizaram uma concepção bastante rígida e tradicional de escola. Desta forma, acham que só aprenderão com muito sacrifício e, principalmente, se o educador aplicar, em sala de aula, métodos e rituais escolares bastante rígidos. Por isso, se faz necessário, ao longo do processo de alfabetização, o estabelecimento de alianças que possibilitem a todos os envolvidos compreender e refazer esse processo na medida em que as situações de confronto vão aparecendo. No caminho de refazer seus imaginários e suas sínteses é que professores e alunos produzem uma atividade pedagógica, de outra natureza, que interessa igualmente às duas partes.

Hs-18
Rf

A prática pedagógica diária de sala de aula

O dia-a-dia de uma sala de alfabetização necessita estar atravessado pelas práticas sociais dos alunos e professores, suas demandas e desejos. É importante que as atividades sejam preparadas para atender às reais necessidades dos alunos. Nesse sentido, as aulas devem dar lugar a que a expressão da autonomia e a construção de um coletivo sejam capazes de imprimir uma dinâmica ao processo. Trata-se, portanto, de reconhecer a existência de tipos de expressão e comunicação que se fazem presentes na vida dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares. Alfabetizar adultos não é realizar uma mera transferência de métodos e técnicas, mas possibilitar a construção e apropriação de uma nova forma de expressão das idéias que precisam ser transformadas em ações.

Por conta da limitação do tempo é conveniente pensar num planejamento que, embora flexível e (re) construído cotidianamente, seja capaz de orientar de forma adequada às ações pedagógicas necessárias. Nessa perspectiva, um processo de alfabetização que seja realmente significativo precisa favorecer a interação dos alunos com os diversos materiais escritos que fazem parte do seu patrimônio cultural.

Tendo a cultura como um chão de trabalho é que se pode construir um processo que realmente atenda às demandas por ler e escrever dos principais interessados, os pescadores profissionais e aqüicultores familiares. Pensar a cultura implica saber que esses atores lêem com sabedoria os sinais da natureza, os ventos, as correntes marítimas, a dinâmica dos rios, os problemas ambientais, e são conscientes das dificuldades do seu trabalho e da necessidade de organização, tanto na pesca, como na aqüicultura.

Sendo assim, a proposição de alguns temas de fundo para o trabalho, sem aprisioná-lo, pode ser bastante produtivo. Como o curso vai durar alguns meses, talvez seja interessante dividir o tempo em temas variados, de acordo com o desejo e as características dos grupos; e as especificidades de cada região. Cada período poderia ter um ou dois temas que sejam suscitadores de reflexões, debates, atividades de leitura e produção de textos. E, ao mesmo tempo, motivadores também de experiências ligadas à matemática e às demais áreas do conhecimento, num processo interdisciplinar.

Elegemos aqui alguns temas, como forma de sugestão. Começar pela **IDENTIDADE** é sempre uma opção bastante interessante. Dentro dela podemos trabalhar o nome dos alunos, quando e onde nasceram, suas histórias de vida, profissão, registro e documentos necessários, família, lazer, entre outros.

Pode ser também bastante significativo encaminhar o processo em torno dos aspectos que estão presentes na **VIDA EM COMUNIDADE**. Nesse sentido, pode-se trabalhar com a história da comunidade, principais acontecimentos, reivindicações, serviços prestados, conquistas já efetivadas pelos moradores, economia da região, oferta de trabalho, discussão sobre o trabalho infantil, gênero, presença de escolas e creches, entre outros.

Um terceiro elemento que é sempre instigante nesse trabalho é o **TEMPO**. Com esse tema, é possível discutir o tempo em todas as suas dimensões. A partir dele podemos trabalhar com os fenômenos da natureza, as datas, horas e fatos marcantes, ordenar fatos importantes da comunidade, principais brincadeiras da infância ontem e hoje, tempo de trabalhar, tempo de descansar, tempo de se divertir, principais diversões que existem na comunidade, entre outros.

Um outro tema significativo é a ATIVIDADE PESQUEIRA OU AOÜICOLA. Nessa unidade poderiam ser levantadas questões mais específicas da pesca e/ou aqüicultura, a importância da atividade para o país, o defeso, compras, empréstimos bancários, documentos, direitos, tecnologias, petrechos, a lua, o vento, entre outras. Na dimensão do trabalho, o educador pode identificar, junto com os alunos, quais os aspectos que fazem deles cidadãos das águas.

Por último, poderíamos considerar a idéia de abordar o tema da ORGANIZAÇÃO, que está diretamente relacionado às condições de trabalho e pode, como consequência, obter a melhoria das condições de vida desses sujeitos. Nessa unidade, seria interessante que o educador explorasse os textos gráficos, tabelas e demais materiais escritos que permitissem aos alunos conhecer melhor seus direitos e a necessidade organização da categoria. Entender como se estruturam as entidades de base (colônias, associações, sindicatos) e se mobilizar para a participação em outros espaços onde seus interesses são debatidos (fóruns, seminários, movimentos, conferências). Durante esse período esta temática deveria motivar as produções de escrita e os textos de leitura.

Na direção de criar um elo de ligação entre essas temáticas, a questão do **meio ambiente** deve ser tratada não como um tema, mas de forma transversal a todos os outros. Assim, além de garantirmos que seja feita uma reflexão contextualizada pela realidade desses alunos, estaremos também assegurando um trabalho de construção da **cidadania dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares**.

1/5.20
R

Reflexões sobre o tempo

No contexto da vida dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares, às vezes, um processo educativo precisa acontecer motivado por outros parâmetros e outras lógicas. O tempo é, obviamente, um dos elementos que mais precisa ser levado em conta na formulação de seus cursos de alfabetização.

Pode ser muito empobrecedora a experiência educativa que não inclui a dinâmica de vida de seus principais atores: os alunos e os educadores. No caso dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares essa lógica é regida pelos fatores da natureza e da sobrevivência. Estes jovens e adultos realizam o seu trabalho em função das condições oferecidas pela natureza. Suas vidas giram em torno de um outro referencial de tempo. Não é mais o horário convencional que dita o tempo de trabalhar e o tempo de descansar. Eles simplesmente obedecem a um calendário que não combina com o funcionamento convencional da sociedade como um todo.

Partindo da premissa de que a disponibilidade de tempo dos pescadores profissionais e aqüicultores familiares vai variar entre as diversas comunidades pesqueiras e aqüícolas existentes no Brasil, seguem, abaixo, algumas das possibilidades de modo de funcionamento da alfabetização no que se refere ao tempo e sua organização. Essas etapas são apenas sugestões para a realização do trabalho. A possibilidade de outras configurações de tempo para as aulas ocorrerem existe e deve ser levada em conta. O mais importante é realizar um trabalho que atenda da melhor forma possível os sujeitos em suas necessidades e realidades locais.

H.21
RP

Aulas no período do defeso

H/2.22
PP

No caso dos pescadores profissionais, o período de defeso é um momento propício para se intensificar os trabalhos da alfabetização. Apesar disso, é um período insuficiente para se realizar um trabalho de alfabetização realmente produtivo. Mesmo com variações entre os estados, esse tempo é sempre muito reduzido para responder à complexidade de um processo de alfabetização. Dependendo da localidade, a duração do tempo do defeso é diferenciada e isso tem repercussões na forma como a alfabetização pode acontecer. Por isso mesmo, terminado o período de defeso, as aulas devem ter continuidade, partindo de uma negociação com os alunos sobre o melhor modo de funcionamento para todos.

Nesse período, as aulas podem e devem ocorrer diariamente, pois é num processo contínuo que a alfabetização pode render mais frutos. Seria bastante produtivo se o tema do defeso pudesse ser explorado nessas ocasiões, pois pode trazer muitas contribuições para os pescadores profissionais lidarem de forma adequada com esse período e as suas decorrências.

#PROPOSTA DE CARGA HORÁRIA DE 320 HORAS.

Estimativa da carga horária	Período de defeso – 4 meses
Nº de dias de aulas na semana	5
Nº de horas de cada aula	3 hora/dia
Carga horária semanal	15 horas/semana
Carga horária mensal	60 horas/mês
Carga horária – período defeso	240 horas
Carga horária – período safra	80 horas – 4 meses
Carga horária mensal safra	20 horas/mês ou seja 1 hora por dia
Total de meses	8 meses

O quadro acima está baseado na Resolução nº 23 de 08 de julho de 2005.

#PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Ação/Mês	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Seleção de Alfabetizadores	x				
Seleção de Alfabetizandos	x				
Elaboração do Plano Pedagógico	x				
Envio de documentação ao MEC/FNDE	x				
Formação de Alfabetizadores – 30 horas	x				
Período de aulas c/ os pescadores (alfabetizando)		x	x	x	x
Avaliação do Processo					x

#FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES

Será oferecido um curso de formação para alfabetizadores com duração de 5 dias, totalizando 30 horas assim distribuídas:

Hs-23
R

1º Dia - 12h	
Manhã	Tema: História da EJA com ênfase em alfabetização Identidade dos Sujeitos do Processo: Alunos e educadores, suas histórias e suas concepções de ensino-aprendizagem;
	Duração: 4h
Tarde	Tema: Leitura e Escrita - diferentes concepções da aquisição do código escrito;
	Duração: 4h
Noite	Tema: Setor pesqueiro no RS, história, memória e lutas;
	Duração: 4h

*Parecer nº 11/2000 - D.C. EJA

2º Dia - 12h	
Manhã	Tema: Afetividade e Auto-Estima;
	Duração: 4h
Tarde	Tema: Metodologia de formação de leitores e práticas sociais de leitura; Construção da língua oral e escrita na alfabetização de Jovens e Adultos (como os alfabetizadores ensinam e como os alfabetizados aprendem); Função Social da leitura e da escrita da matemática e outros campos do conhecimento;
	Duração: 4h
Noite	Tema: Registro e avaliação da aprendizagem;
	Duração: 4h

3º Dia - 6h	
Manhã	Tema: Proposta Pedagógica Resgatando a Cidadania; Sugestões de atividades: Por onde começar.
	Duração: 4h
Tarde	Tema: Conhecendo a Realidade - Visita a Ilha da Torotama para o 1º Encontro com os alunos pescadores;
	Duração: 2h

Alfabetização de Jovens e Adultos

1/5.24
RP

Nos primeiros encontros é necessário que o alfabetizador conheça o grupo que irá alfabetizar. Dessa maneira, é importante fazer um diagnóstico inicial nos primeiros encontros, considerando a importância do conhecimento e da experiência dos alfabetizandos, reconhecendo o valor cultural de suas linguagens e a especificidade do aluno jovem e adulto nos procedimentos utilizados na alfabetização.

Para o processo de alfabetização inicial têm-se como expectativas principais possibilitar ao alfabetizando ler, compreender e produzir textos simples, de diferentes tipos e finalidades; utilizar textos com diferentes funções da linguagem (referencial, apelativa, emotiva, poética, metalingüística); ler e escrever números - preços, datas, horários, medidas; utilizar as operações matemáticas em seu cotidiano - pagamento, cálculo de troco, salário, parcelamento; participar de debates sobre diferentes assuntos de interesse da comunidade e de seu interesse próprio; ter acesso a outros campos do conhecimento.

É imprescindível reconhecer as necessidades e singularidades dos diferentes sujeitos, para manter a coerência e adequação da metodologia à realidade dos alfabetizandos.

A metodologia adotada para a ação de alfabetização de jovens e adultos deve estar em consonância com o perfil do público alvo, considerando, inclusive, os segmentos sociais específicos, citando no campo Segmentos Sociais Específicos.

Além de valorizar informações úteis e pertinentes para os dias atuais, o processo de alfabetização deverá ser trabalhado de forma contextualizada, articulando as diferentes áreas do conhecimento, afim de que os alfabetizandos fortaleçam sua condição de sujeitos atuantes no ambiente social, econômico e cultural.

Estratégias de Acompanhamento e Avaliação das Ações

Tendo em vista as preocupações com o acompanhamento e a avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura juntamente com a Secretaria Municipal da Pesca organizará um relatório final contendo parecer descritivo de cada aluno acrescido dos trabalhos realizados.

A avaliação será realizada através do registro, pelo alfabetizador, do desenvolvimento da aprendizagem por meio de relatos de acompanhamento individual e produções dos alfabetizandos a fim de redimensionar as ações de intervenção.

O alfabetizador arquivará, mensalmente, uma produção escrita de cada um de seus alfabetizandos juntamente com o desempenho e frequência dos alfabetizandos sendo utilizadas na elaboração do Relatório Parcial da ação de alfabetização conforme o § 2º, do art. 24 da Resolução nº 23 de 08/07/2005.

Handwritten signature and initials, possibly "Fb 25" and "RP".

Bibliografia

- ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In *Práticas educativas e a construção do currículo*. Revista Alfabetização e Cidadania. RAAAB, n.º 11, abril de 2001, p. 9-20.
- BARRETO, Vera e BARRETO, José Carlos. **Um sonho que não serve ao sonhador**. In: *Revista Alfabetização e Cidadania*. Ano 1. Número 1. Outubro de 1994 - RAAAB - Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil. p.31 a 37.
- BEZERRA, Aida. Formação/Autoformação: uma tentativa de organizar algumas idéias sobre o tema. Paper de circulação interna. SAPE/RJ, 1995 (2003-última versão)
- BEZERRA, Aida. **Analfabeto é Quem?** In: *Revista Proposta - Experiências em Educação Popular* n.º 52. Rio de Janeiro: FASE, 1992, p. 26-28
- _____. & RIOS, Rute. **La negociación: una relación pedagógica posible**. In: *Cultura y política en educación popular: principios, pragmatismo y negociación*. Orgs. Anke van Dam, Sérgio Martinic e Gerhard Peter. La Haya, Holanda: CESA Paperback n. 22, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores. **Da opressão para a liberdade: Pescadores em Luta**.
- CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores. **Colônia de Pescadores: com o mesmo poder de sindicato**.
- FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.
- FERREIRO, Emília. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.
- FNDE/Ministério da Educação/Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n.º 23, 08 junho de 2005**.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Leitura).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- FREIRE, Paulo et al. **Alfabetização - Leitura da Palavra e Leitura do Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA Inês Barbosa & PAIVA, Jane orgs. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. **Educação de Jovens e Adultos**.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento**. Um processo sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 2001.
- PARECER CNE/CEB 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator Prof.º Roberto Jamil Cury, de 10 de maio de 2000.
- SEAP/PR. **1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca**. Caderno de Resoluções, novembro de 2003. Luziânia/GO
- VYGOTSKY, Lev Semiónovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da Criança na teoria de Piaget**. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 1998.

fb 26
pl



A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

fls. 27
pl

DESPACHO

Processo nº 2062/2005.

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador

(a) O SIGNATÁRIO

Deliberou a Comissão de ☒ enviar, () não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, de de 200

Presidente da Comissão

PARECER JURÍDICO

Nº 723/05

() Em anexo

(☒) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e adequado a Técnica Legislativa

Rio Grande, 23 de Dezembro de 2005

Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a) :

(☒) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.

() Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 23 de dezembro de 2005.

Relator(a)



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Proc. 2062/05
Ple 109/05

Assunto:

Ementa

PARECER

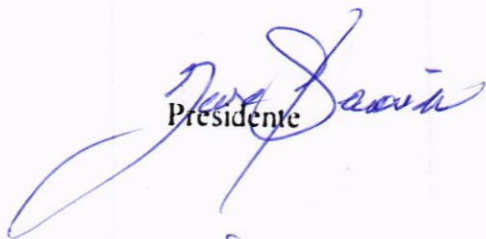
Esta COMISSÃO após apreciar a matéria anexa, vota pela **admissibilidade**, considerando que a mesma se enquadra as Leis Orçamentárias.

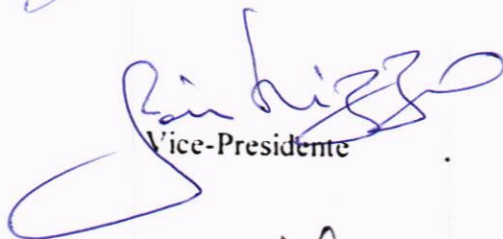
Sala das Comissões Técnicas

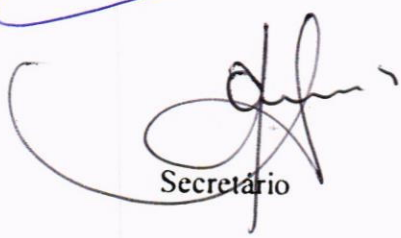
Rio Grande

19/12

de 2005


Presidente


Vice-Presidente


Secretário

Membro



A mais antiga do Estado
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRA-ESTRUTURA E CIDADANIA.

PARECER

PROCESSO...2062/2005

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara **não haver** impedimento a sua tramitação.

☒ INCONSTITUCIONAL

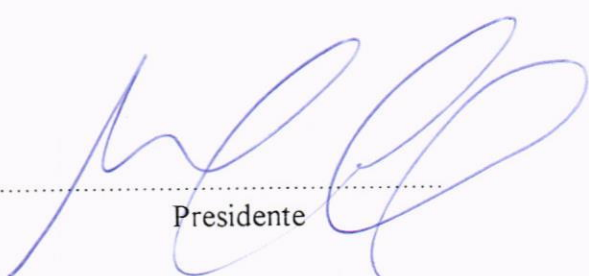
☒ ANTIJURÍDICO

☒ ANTIREGIMENTAL

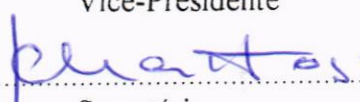
☒ INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

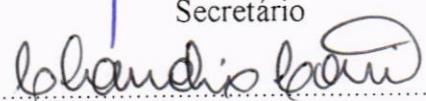
Este é o parecer desta Comissão.

Sala das Comissões, 29 de DEZEMBRO de 2005.


Presidente

Vice-Presidente


Secretário


Membro



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI

INCLUI AÇÃO NO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI Nº 5.533, DE 19/07/2001, QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA OS EXERCÍCIOS 2002/2005, E DA LEI Nº 5.999, DE 05/10/2004, QUE TRATA DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005, E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NUM TOTAL DE R\$ 4.944,96.

Art. 1º – Fica acrescida Ação ao Anexo de metas e Prioridades da Lei nº 5.533, de 19/07/2001, a qual trata do Plano Plurianual do Município para os exercícios 2002/2005, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Programa: 122 – PROMEJA

Ação 1: Programa Brasil Alfabetizado MEC/FNDE

Produto: Programa atendido

Unidade: Percentual

Meta: 100%

Recurso: 1302

Art. 2º – Fica acrescida Ação ao Anexo de metas e Prioridades da Lei nº 5.999, de 05/10/2004, a qual trata das Diretrizes Orçamentárias para 2005, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Programa: 122 – PROMEJA

Ação 1: Programa Brasil Alfabetizado MEC/FNDE

Produto: Programa atendido

Unidade: Percentual

Meta: 100%

Recurso: 1302

Art. 3º – Fica, o Executivo Municipal, autorizado a abrir Créditos Adicionais Especiais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, num total de R\$ 4.944,96 (quatro mil, novecentos quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), de acordo com o que segue:





Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 – Complexo Educacional

12 – Educação

366 – Educação de Jovens e Adultos

122 – PROMEJA

Proj. 1.884 – PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO FNDE/MEC

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo(vinculado).....	R\$	240,00
3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo(contrapartida).....	R\$	48,96
3.3.90.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física (vinculado).....	R\$	3.880,00
3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros–P. Jurídica(vinculado).....	R\$	8.740,00
3.3.90.47.00.00.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas(vinculado).....	R\$	776,00
TOTAL.....	R\$	4.944,96

Art. 4º - Servirá como recurso ao Crédito especial autorizado no art. 3º, repasse do Governo Federal, por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativo ao PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO MEC/FNDE, no valor de R\$ 4.896,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais), bem como contrapartida do Município, no valor de R\$ 48,96 (quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), de acordo com o que dispõe o art. 43, da Lei nº 4.320/64, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 – Complexo Educacional

12 – Educação

Ativ 2.382 – Manutenção e Desenvolvimento PROMEJA-MDE

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (510).....	R\$	48,96
---	-----	-------

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.





Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

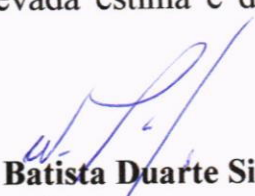
Of. n.º 1396/05
Proc. n.º 2062/05

Rio Grande, 23 de dezembro de 2005.

Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo oportunidade que encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei nº 109/05 em anexo, para sua devida apreciação, aprovado no dia de hoje.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.


Ver. Wilson Batista Duarte Silva
Presidente

ANEXO: Inclui ação no Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 5.533, de 19/07/2001, que trata do Plano Plurianual do Município para os exercícios 2002/2005 e da Lei nº 5.999, de 05/10/2004, que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2005 e Autoriza o Executivo Municipal a abrir créditos adicionais especiais na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, num total de R\$ 4.944,96.

Exmo. Sr.
Janir Souza Branco
Prefeito Municipal
Nesta



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 6.200, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005

INCLUI AÇÃO NO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI Nº 5.533, DE 19/07/2001, QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA OS EXERCÍCIOS 2002/2005, E DA LEI Nº 5.999, DE 05/10/2004, QUE TRATA DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2005, E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NUM TOTAL DE R\$ 4.944,96.

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu art. 51, III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica acrescida Ação ao Anexo de metas e Prioridades da Lei nº 5.533, de 19/07/2001, a qual trata do Plano Plurianual do Município para os exercícios 2002/2005, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Programa: 122 – PROMEJA

Ação 1: Programa Brasil Alfabetizado MEC/FNDE

Produto: Programa atendido

Unidade: Percentual

Meta: 100%

Recurso: 1302

Art. 2º – Fica acrescida Ação ao Anexo de metas e Prioridades da Lei nº 5.999, de 05/10/2004, a qual trata das Diretrizes Orçamentárias para 2005, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Programa: 122 – PROMEJA

Ação 1: Programa Brasil Alfabetizado MEC/FNDE

Produto: Programa atendido

Unidade: Percentual

Meta: 100%

Recurso: 1302

Art. 3º – Fica, o Executivo Municipal, autorizado a abrir Créditos Adicionais Especiais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, num total de R\$ 4.944,96 (quatro mil, novecentos quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), de acordo com o que segue:

M



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 – Complexo Educacional

12 – Educação

366 – Educação de Jovens e Adultos

122 – PROMEJA

Proj. 1.884 – PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO FNDE/MEC

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo(vinculado).....	R\$	240,00
3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo(contrapartida).....	R\$	48,96
3.3.90.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física (vinculado).....	R\$	3.880,00
3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros–P. Jurídica(vinculado).....	R\$	8.740,00
3.3.90.47.00.00.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas(vinculado).....	R\$	776,00
TOTAL.....	R\$	4.944,96

Art. 4º - Servirá como recurso ao Crédito especial autorizado no art. 3º, repasse do Governo Federal, por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativo ao PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO MEC/FNDE, no valor de R\$ 4.896,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais), bem como contrapartida do Município, no valor de R\$ 48,96 (quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), de acordo com o que dispõe o art. 43, da Lei nº 4.320/64, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02 – Complexo Educacional

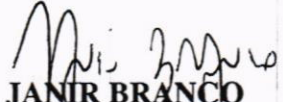
12 – Educação

Ativ 2.382 – Manutenção e Desenvolvimento PROMEJA-MDE

3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo (510).....	R\$	48,96
---	-----	-------

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2005.


JANIR BRANCO
Prefeito Municipal

cc:SMF/UPE/SMEC/CMRG/CSCI/Publicação

Relatório de Votação Nominal

Sessão

Tipo: Extraordinária

Número: 7787

Data: 23/12/2005

Votação Nominal

Número: 2062/2005

Título: INCLUI ACAO NO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI Nº 5.533 DE 19/07/2001 E DA LEI Nº 5.999 DE

Observ.:

Nome do Parlamentar	Partido	Voto
CARLOS FIALHO MATTOS	PPS	SIM
CLAUDIO CASTANHEIRA DIAZ	PSDB	SIM
CLAUDIO COSTA	PT	SIM
DELAMAR CORREA MIRAPALHETA	PDT	SIM
JAIR RIZZO FERREIRA	PL	SIM
JOSÉ CLAUDINO ALVES SARAIVA	PMDB	SIM
JULIO CESAR SILVA	PMDB	SIM
JULIO CEZAR JORGE MARTINS	PCDOB	SIM
JURANDIR PEREIRA	PTB	SIM
SANDRO OLIVEIRA	PMDB	SIM

Resultado

Sim: 10

Não: 0

Abst.: 0

Total: 10

Presidente	1º Vice-presidente	2º Vice-presidente	1º Secretário	2º Secretário
Wilson Batista Duarte Silva				